# **Demonstrações Financeiras**

**URA Energia S.A.** 

31 de dezembro de 2020 com Relatório do Auditor Independente

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

# Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Condomínio Centro Século XXI R. Visconde de Nacar, 1.440 14º andar - Centro 80410-201 - Curitiba - PR - Brasil

Tel: +55 41 3593-0700 Fax: +55 41 3593-0719 ev com br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **URA Energia S.A.** Curitiba - Paraná

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da URA Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da URA Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP15199/O-6

Ana Andréa Iten de Alcantara

Contadora CRC-SC-025678/O-3-T-PR

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2020
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7	1
		1
Não circulante		
Intangível	8	373
		373
	-	
	- -	374
Passivo e patrimônio líquido		
Patrimônio líquido	9	
Capital social	3	378
Prejuízos acumulados		(4)
•	-	374
	- -	374

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2020
Despesas administrativas	10	(2)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	-	(2)
Receitas financeiras Despesas financeiras	11 _	(2)
Resultado financeiro, líquido	-	
Resultado da equivalência patrimonial	-	
Prejuízo antes dos impostos	-	(4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício	_	(4)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	2020
Prejuízo do exercício	(4)
Outros resultados abrangentes	
Resultado abrangente total	(4)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

		Capital social			
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		-	-	-	-
Integralização de capital	9	600	(222)	-	378
Prejuizo do exercício		-	-	(4)	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		600	(222)	(4)	374

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuizo do exercício	(4)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(4)
Impostos pagos	
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(4)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisição de investimento	(373)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(373)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento Capital integralizado pelos acionistas	378
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	378
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1
No início do exercício No final do exercício	1
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A URA Energia S.A. ("Companhia"), constituída em 11 de março de 2020, é uma sociedade anônima fechada, subsidiaria integral de Volga Energia S.A., tem como objetivo social administrar os bens próprios e as participações no capital de outras sociedades com o objeto social compatível, como socia ou acionista, bem como explorar atividade de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, empreender atividade de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, e ainda, realizar a gestão de ativos intangíveis não financeiros.

A Companhia tem sede e foro na Rua Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 555, conjunto 231, 23º andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.430-180. A Companhia encontra-se ativa para exercer as suas atividades.

A Companhia depende do suporte financeiro dos acionistas sob forma de capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a Companhia, a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

#### 1.1. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção dos fluxos de caixa para o ano de 2020 não deverão ser impactadas de forma relevante, assim como não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis dos nossos ativos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de maio de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

## 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, se existentes, estão incluídas nas notas explicativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

#### b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicatica 8 - Vida útil e recuperação do intangível.

## 5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## 6. Principais políticas contábeis

#### a) Imobilizado

#### i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados (quando aplicável), deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

#### ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

- a) Imobilizado--Continuação
  - iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, exceto os terrenos que não são depreciados.

#### b) Instrumentos financeiros

- O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos como 'empréstimos e recebíveis'.
- O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos como 'outros passivos financeiros'.
- i) Ativos e passivos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento
  - O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.
  - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
  - O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

- b) Instrumentos financeiros--Continuação
  - ii) Ativos financeiros não derivativos mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa não incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### c) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

- c) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação
  - ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

#### iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### d) Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base no lucro presumido, sobre a base de cálculo de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social da receita bruta de venda de energia, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% para contribuição social. O imposto de renda e contribuição social foi calculado exclusivamente sobre os rendimentos de aplicações financeira considerando que o Grupo encontra-se em fase pré-operacional e, consequentemente, ainda não auferiu receita operacional.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### e) <u>Demonstrações dos fluxos de caixa</u>

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### f) Ativos intangíveis

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### g) Pronunciamentos novos ou revisados

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações financeiras de propósito geral tomam como base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material--Continuação

As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020
Caixa e bancos	1
	1

## 8. Intangível

#### Composição do saldo

	2020
Projeto eólico Urandi, gastos com desenvolvimento do projeto (i)	373
	373

<sup>(</sup>i) Refere-se, substancialmente, ao custo de um projeto desenvolvido para a implantação do parque eólico. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos das cargas e classes de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, soldagens e geologia.

Durante o exercício houve investimento pela Companhia no montante total de R\$ 373 composto basicamente com desenvolvimento dos projetos.

#### Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

## 9. Patrimônio líquido

Em 03 de março de 2020, teve a subscrição de constituição da sociedade URA Energia S.A., onde foram feitas a emissão de 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nomimal, com valor unitário de R\$ 1,00 cada. A acionista Volga Energia S.A. detem 100% das ações. Em 30 de junho de 2020, a acionista realizou o aumento do capital da Companhia mediante aporte do montante de R\$ 590. Desta forma, o capital subscrito e integralizado da Companhia passou a perfazer R\$ 600, equivalente a 600.000 ações ordinárias e nominativas com valor unitário de R\$ 1,00. O sado a integralizar no montante de R\$ 222 deverá ser realizado durante o ano de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Patrimônio líquido---Continuação

Sócio	Número de ações	Percentual capital social
Volga Energia S.A.	600.000 <b>600.000</b>	100% <b>100%</b>
	2020	_
Capital social (-) Capital social a integralizar	600 (222)	_
Patrimonio liquido	378	<del>-</del>

## 10. Despesas administrativas por natureza

	2020
Mensalidades e anuidades	(2)
	(2)

# 11. Resultado financeiro, líquido

Outras despesas	(2)
Resultado financeiro, líquido	(2)

#### 12. Instrumentos financeiros

#### a) Classificação contábil e valores justos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo.

#### b) Gerenciamento dos riscos

A administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Instrumentos financeiros---Continuação

#### b) Gerenciamento dos riscos--Continuação

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

#### i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com o não desenvolvimento do projeto conforme nota explicativa nº 2.

#### ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

# 13. Provisão para litígios

A Companhia não possui ou fazem parte de processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista no curso normal de seus negócios.